

ATA 18/08 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos dezessete dias do mês de julho de 2008, com início as 18:30 horas e tendo por local o auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, situado na avenida João Pessoa, 325, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, com a seguinte proposta de pauta: 1)Abertura, 2)Faltas Justificadas, 3)Apreciação e votação da Ata 16/08, 4)Leitura de Parecer 042/08 da SETEC, 5)Informes e 6)Pauta Principal: **APRECIÇÃO CONVÊNIO HOSPITAL MÃE DE DEUS X MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, SOBRE SAÚDE MENTAL.** Estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: 1)OSCAR PANIZ, 2)NEI CARVALHO, 3)JULIO TADEU DIAS VIDAL, 4)REJANE HAIDRICH, 5)FLÁVIO BECCO, 6)ANTONIO LOSADA, 7)ELISABETE DOS SANTOS FREITAS, 8)CLODOMAR FREITAS, 9)MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, 10)IONE TEREZINHA NICHELLE, 11)PAULO GOLART DOS SANTOS, 12)MÁCIA CHAVES MOREIRA, 13)MARIA IVONE DILL, 14)MARIA ENCARNACION MORALES ORTEGA, 15)OLIR CITOLIN, 16)PAULO ANTONIO STOELBEN, 17)HELOISA HELENA ROUSSELET DE ALENCAR, 18)JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA, 19)MARIA ANGÉLICA MELLO MACHADO, 20)ROGÉRIO DA SILVA RAMOS, 21)LAUDENIR MACHADO DE FIGUEIREDO, 22)TANIA LEDI DA LUZ RUSCHINSQUE, 23)UNIRIO BERNARDI, 24)LYNDSAI MARILYN DA SILVA LARSON, 25)GRAZIELI GIOVELI, 26)ROSA CRISTINA MACHLINE HARZHEIM, 27)DÉBORA RAYMUNDO MELECCHI, 28)VERA TEREZINHA RAMOS LEONARDI, 29)ADRIANA ROJAS, 30)ANA CLÁUDIA DE PAULA, 31)ISIS AZEVEDO DA SILVEIRA, 32)SILVIA GIUGLIANI, 33)MARIA REJANE SEIBEL, 34)GILNEI RACHINHAS BORGES, 35)ALCIDES POZZOBON, 36)ROGER DOS SANTOS ROSA, 37)RITA DE CASSIA ROSA BISPO, 38)JAMES MARTINS DA ROSA e 39)MÁRCIA NUNES. Os conselheiros suplentes presentes eram, 1)JOÃO BATISTA FERREIRA, 2)MIRIAM FRANÇA, 3)ERNANI TADEU RAMOS, 4)SANDRA LUCIA DOS SANTOS MEDEIROS, 5)PAULA GUNTZEL, 6)CLAUDIA FELDMANN GONÇALVES, 7)ANA MARIA DE ARAUJO CIRNE. São registradas as ausências de Zilda de Moraes Martins, Eliane Paim, José Antônio dos Santos, Izolda Machado, Humberto José Scorza, René Miguel Alves. A coordenadora MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA coloca em apreciação Ata 16/08. Solicita aos conselheiros se há alguma alteração, consideração a ser proposta. O conselheiro ERNANI solicita que se inclua seu nome na lista de presença pois não está constando. Nada mais havendo é colocada em votação a Ata 16/08, sendo aprovada por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e 5 abstenções. Seguindo, solicita a Coordenadora que seja apresentado o Parecer que está na pauta. A conselheira HELOISA ALENCAR apresenta então o **PARECER 042/08 – HOSPITAL PARQUE BELEM. Referente Plano de Aplicação da 15ª Etapa Programa Nota Solidária, no valor de R\$ 41.843,61. Recursos do Governo do Estado do RS.** O mesmo é encaminhado para votação, sendo aprovado por 17 votos favoráveis, nenhum contrário e 4 abstenções. Encaminha então a Coordenadora, para os informes. Inicia com o Conselheiro PAULO GOULART dizendo que esteve no dia cinco de julho na Unidade Barão de Bagé, onde teve uma assembléia de moradores, para aprovar o Regimento Interno do Conselho Local. Tinham mais de 140 pessoas presentes. No mesmo dia havia a posse do nosso companheiro OLIR CITOLIN, que é uma pessoa muito querida, pelos usuários. E me reportando ao informe que o OSCAR deu outro dia, sobre a eleição do Conselho Distrital do Partenon, onde tinham mais de 270 pessoas votando, acho que isso demonstra que o Controle Social ainda está vivo. Fala a seguir a Conselheira IONE NICHELLE, que trata novamente da ULBRA. Nós ainda não vimos a renovação do Convênio. Dizem que está assinada. Não temos como conferir, pois diz lá no Convênio, que deverão ser disponibilizadas 1.200 consultas/mês e por informação que temos está chegando a umas 500 consultas. Existem demandas que não tem paciente. O Projeto da Dra. JOELZA, que trata de Crianças Vítimas de

52 Violências, que estamos questionando sobre o Convênio. O trabalho dela é muito bom.
53 Não discutimos. Mas descobrimos que ela foi contratada pela ULBRA como sendo uma
54 Disciplina das cadeiras desenvolvidas dentro do IAPI. Então, está irregular este Projeto?
55 Como fica isso? E como eu e o PAULO visitamos constantemente o IAPI e conversando
56 com um e conversando com outro, levantamos uma cortina em que tem muita coisa
57 planejada pela ULBRA, para aplicar no IAPI. E ninguém está sabendo. Talvez o JAMES.
58 Tenho um documento em mãos onde isso tudo está Planejado. É tanta coisa para o IAPI
59 que não sei o que acontecerá. Será uma colcha de retalhos. Temos preocupações que já
60 trouxemos aqui. A demanda reprimida hospitalar. Temos, em oncologia, 450 pessoas
61 aguardando desde 2002 na fila, esperando cirurgia hospitalar. Temos 632 pessoas
62 aguardando oftalmo. Ninguém faz nada. Ortopedia adulta tem 2.300 pessoas aguardando
63 consulta. Passaram pelo Posto e estão aguardando. Quem se preocupa com isso? Outra
64 questão importante é a Unidade Nazaré, que ficou dois anos fechada, sendo os usuários
65 atendidos no IAPI ou na Unidade Sarandi. Estivemos visitando esta Unidade e estamos
66 encaminhando ofício para a Secretaria, solicitando ajuda pois a água da chuva entra na
67 prédio e como a madeira está comprometida com o cupim, absorve toda umidade que se
68 espalha para a medicação. Fala a seguir a Conselheira CLÁUDIA FELDMANN
69 GONÇALVES, pelo Sindicato dos Enfermeiros. Diz que os trabalhadores do Murialdo
70 estão paralisados desde ontem, quarta feira. Houve uma assembléia, ontem pela manhã
71 e foi decidida a paralisação, por tempo indeterminado. Preceptores, residentes,
72 contratados. Todos estão parados. As reivindicações são todas sérias, graves e
73 pertinentes e que já vinham sendo discutidas há bastante tempo. Existe uma a proposta
74 de reestruturação de todo o Murialdo, entregue em janeiro e que no dia 11 passado foi
75 novamente entregue e não houve nenhuma mudança. A gente vem acompanhando
76 todos estes anos a questão da municipalização. A questão do ensino, pois o Murialdo tem
77 esta diferenciação, em relação ao ensino vinculado à assistência. Entrego ao Conselho
78 Municipal a proposta de reestruturação do Murialdo, que são as reivindicações dos
79 funcionários, como um todo. A maioria da população está do nosso lado. Amanhã, as 9:00
80 horas haverá uma reunião com o Secretário da Saúde do Estado, OSMAR TERRA. Foi
81 montada uma Comissão, de trabalhadores e usuários para estarem nesta reunião.
82 Contamos com todos vocês pois a questão é muito grave. Como eu estou entrando
83 agora, o que eu senti é de que as pessoas, não querem mais ouvir os projetos no
84 gerúndio, como “estamos”, “vamos ver”, “estamos avaliando”. Não estão tolerando mais
85 isso. Não será qualquer coisa que irá fazer as pessoas retornarem ao trabalho. Fala o
86 Conselheiro JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA, e relata que sobre a Enfermeira que
87 coordenava o PSF da Ponta Grossa, que existia a vontade de tirá-la de lá e levá-la para
88 outra Unidade de Saúde. Mas, eu e conselheiro RENE MIGUEL ALVES, fomos para lá
89 e exigimos que enquanto não tivesse uma Ordem Judicial em mãos, que ela não sairia da
90 Unidade. O cargo ela pode perder, mas o trabalho dela nós queremos que continue na
91 Unidade. A Dra. VANIA, que seria a Gerente da região, foi para lá e nos desrespeitou,
92 como continua nos desrespeitando, pois não participa das reuniões do Conselho Distrital.
93 Diz que não pode participar das reuniões pois estuda a noite. Se não pode participar das
94 reuniões, que se tire ela e se coloque outra Coordenadora, ou Gerente. Nós queremos
95 trabalhar em conjunto. Outra questão é a situação grave que está acontecendo na
96 Unidade Lami. Já falamos aqui que em 2 de maio tiraram a Dra. VANIA. Saiu o Dr.
97 THIAGO, para concorrer. Saiu a Dra. MAGDA. Ficamos sem médico no Lami. Em Belém
98 Novo, o terceiro turno nosso é para atender Lami, Belém Novo e Ponta Grossa.
99 Funciona somente com um médico. Terça feira passada estive lá, havia mais de 40
100 pessoas e o médico não vinha pois dizia que o carro havia quebrado. Liguei para todo
101 mundo e ninguém atendia o celular. Liguei para este médico, dizendo que ia buscar ele.
102 Daí a pouco chega ele num belo de um carro. Será que foi aquele carro que quebrou? Já

103 havíamos questionado há uns três meses, a nossa Operação Inverno. Pediatra é a parte
104 mais crítica que nós temos. Vão lá pela noite para ver a quantidade de crianças que tem.
105 Há duas semanas, faleceu uma senhora, dentro da Unidade de Saúde, porque mandaram
106 esperar, para ser atendida. Enquanto esperava deu duas paradas cardíacas e faleceu.
107 Ficou das 21 horas até as 3 horas da madrugada, para que o médico dela, que trabalha
108 no Pronto Socorro fosse lá liberar o corpo, pois a família não queria que ela fosse para o
109 IML e o médico que estava na Unidade de Saúde não quis dar o Atestado de Óbito.
110 Prosseguindo manifesta-se o Conselheiro Distrital PEDRO RIBEIRO, informando sobre
111 as eleições do Conselho Distrital da Gçória/Cruzeiro/Cristal. São quatro Usuários. O
112 CLODOMAR FREITAS, a LAUCIA MARIA FONTOURA, do Maria Mulher. O JOÃO
113 FELIZBERTO, do movimento comunitário da Região. E a TATIANA DE MEDEIROS
114 FIGUEIRA, indicada pela Rede de Proteção à Criança e Adolescente. Os trabalhadores,
115 ficaram, o MARCO ANTONIO BRIGNOL, trabalhador do PSF Santa Tereza. Eu, PEDRO
116 RIBEIRO, continuo. Prestador de Serviço, a NELCI TOLOTTI, representante do Hospital
117 Divina Providência. Convidamos a todos para participarem em 5 de agosto próximo,
118 quando será empossada a nova Coordenação do Distrital. E outro informe é sobre a
119 situação dos leitos da saúde mental, onde estamos voltando aos mesmos níveis de
120 quando houve a interdição. Voltaram os canais de televisão a fazerem reportagem. Estão
121 se acumulando usuários no corredor e não há um retorno propositivo, nem da direção do
122 Pronto Atendimento, nem da direção da Secretaria ou das Coordenações competentes.
123 Seguindo manifesta-se a Conselheira HELOISA ALENCAR, falando sobre a Comissão de
124 Educação Permanente do Conselho, e informando aos Conselheiros que o nosso
125 Seminário, programado para o dia 12 de julho, não pode acontecer em função de não
126 termos conseguido contatar com os convidados para fazer a parte da tarde da Mesa.
127 Além do que, tivemos pouca adesão por parte dos Conselheiros para debatermos a
128 questão das Fundações. Estamos organizando o Seminário de Agosto, que também
129 alteramos a data e será no dia 23 daquele mês. Para breve iremos distribuir um pequeno
130 cartaz. Será num sábado e a discussão será sobre o Programa Saúde da Família. Já
131 temos a confirmação de pessoas que virão, de Belo Horizonte e Salvador. Daqui têm o
132 pessoal da Universidade Federal, que está ajudando a organizar e será o dia inteiro.
133 Dependendo do número de interessados, talvez seja em outro auditório, ou local. Quando
134 chegar mais perto, avisaremos. Fala a Coordenadora MARIA LETICIA, reforçando o
135 convite feito pela HELOISA. Dentro do nosso processo de Educação Permanente para o
136 Controle Social lembrem da importância destes momentos, principalmente porque nós
137 conselheiros, temos a responsabilidade de estarmos empoderados de conhecimento, para
138 podermos ter uma ação mais conseqüente e eficaz. Fala a seguir a ROSA HELENA, que
139 representa o Conselho Local da Unidade Básica de Saúde da Vila Vargas. A colega
140 CLÁUDIA já falou parte do que diria. Só vou concluir, dizendo que nós da UBS Dois, da
141 Vila Vargas, como temos a maior precariedade, dentro de todos os Postos do Murialdo,
142 estamos passando pelas maiores dificuldades. Há 42 dias que estamos parados. É neste
143 período que estamos sem o atendimento do Posto Médico, devido a esta reforma, que
144 deveria ter acontecido até então e não aconteceu até agora e principalmente em relação
145 a precariedade geral que está acontecendo em todo o Murialdo. Estamos nos mobilizando
146 para, até segunda-feira, levarmos o Máximo de pessoas na Audiência que deverá ocorrer
147 na Câmara de Vereadores, às 11 horas. Seguindo fala o Senhor ALBERTO TERRES,
148 dizendo que seu informe vai na condição de denúncia. Temos recebido, durante esta
149 semana, vários telefonemas dos servidores do Centro de Saúde da Bom Jesus.
150 Antigamente era feito o tal de agendamento, para atender os usuários, onde os médicos
151 atendiam 4 pacientes por hora. Após isso, no decorrer do processo, estavam atendendo
152 direto. Há duas semanas atrás, retornou este agendamento. O usuário que chega lá, está
153 ficando de seis a oito horas aguardando o atendimento. Se chega às 8 horas da noite,

154 está sendo atendido as quatro ou 5 horas da manhã. Os funcionários estão sofrendo com
155 isso, pois a população está sendo mal atendida. Por estar sendo mal atendida esta
156 população esta pressionando os funcionários da recepção e enfermagem, que fazem a
157 triagem. Estamos fazendo uma discussão com os funcionários. O Sindicato está
158 solicitando uma reunião com a Direção, que já havia sido marcada, mas que foi
159 cancelada, pois ontem teve uma reunião da Coordenação de Enfermagem, com as
160 Enfermeiras, e o que ficou decidido é de que vai continuar o agendamento, até a meia
161 noite, ou seja, atendendo 4 pacientes por hora. Depois da meia noite, libera, podendo o
162 médico atender quantos pacientes quiser. Mas quem está sofrendo, direto com isso, é o
163 usuário. Segundo os funcionários, o paciente chega às 20 horas, é marcado para as 4
164 horas da manhã. Ele vai embora e não retorna, por vários motivos. O Sindicato está
165 solicitando reunião com a Coordenação do Posto, mas acho, JAMES, que a Secretaria
166 tinha de tomar uma providência em relação a isto. Fala a seguir a Conselheira ADRIANA
167 ROJAS representante do Sindicato Médico, que solicita uma orientação ao Gestor, no
168 sentido de que chegou uma queixa, hoje, do pessoal da Saúde Indígena, que solicitou ao
169 DMLU (Departamento de Limpeza Urbana) um auxílio para a limpeza junto a uma
170 Unidade na Comunidade Guarani, que tem em Porto Alegre, e foi cobrado R\$ 80,00 reais
171 por hora, pelo trabalho do DMLU. A minha dúvida é de que se existe alguma coisa no
172 DMLU que é cobrada? Alguém tem esta resposta? Gostaria de ter este retorno oficial.
173 Fala a seguir o Senhor MARCO. Sou do Conselho Distrital da Glória/Cruzeiro/Cristal. Vim
174 por solicitação do Conselheiro ISAEL, pois já participo de reuniões a semana toda, mas
175 que infelizmente estou cansado de reunir-me, e não é de agora. Isto já faz 5 anos que
176 venho participando de reuniões que infelizmente não decidem nada. Como aconteceu
177 hoje, no Posto de Saúde. Tudo fechado, numa região como a do Partenon. 80 mil
178 pessoas sem atendimento médico, com o descaso do município. É culpa nossa também,
179 porque as pessoas, que são funcionários, quando a questão, no ano passado, que são
180 funcionários da Prefeitura, com a empresa terceirizada, a única coisa que tinham que fazer
181 na época, não fizeram, que era ter posto a Prefeitura na Justiça, para buscar o direito
182 adquirido, que é o de ser funcionário. Perderam a oportunidade na época. O PEDRO falou
183 e questionou a Saúde Mental no PACS, onde eu faço parte do Conselho Gestor. Aquilo
184 está virando um depósito. Temos a situação de que a Brigada Militar não tem onde levar,
185 principalmente nos casos de drogadição, e largam lá dentro. Sei que vão tratar disso.
186 Também falaram sobre as faltas dos médicos. Tivemos lá no PSF Santa Anita uma
187 semana sem médico. A prefeitura não colocou médico para fazer este horário. Nesta
188 semana ele trabalhou somente uma manhã. Se não temos como cuidar de todos os
189 Postos, pois isto é função da Prefeitura fazer, aí vem a questão dos Terceirizados, que
190 na minha região tem PSF Terceirizado com o Hospital Divina Providência. Se num dia,
191 um médico “perde a unha”, no outro dia tem um substituto. Tudo isso temos de reavaliar.
192 Quando é vantajoso. Quando da assinatura com o Divina, foi a comunidade que sentou e
193 tirou todos os problemas. É isso que temos que ver no caso aqui, do Mãe de Deus. Temos
194 que ver o que os usuários vão ganhar. Na Emergência da Saúde Mental temos somente
195 um local, que está sucateado. Manifesta-se a Conselheira REJANE, do Eixo-Baltazar. O
196 Conselheiro PAULO estava me lembrando dos medicamentos, JAMES. Este mês está um
197 caos nas Unidades. Queremos uma resposta sobre o que aconteceu sobre a entrega de
198 medicamentos. Faltei algumas reuniões e não sei se tu trouxeste a resposta sobre as
199 reformas nos Postos. Não lembro que tenha vindo às repostas. Fala a seguir a
200 Coordenadora MARIA LETICIA, alertando à conselheira REJANE, que nós já havíamos
201 colocado no Envelope dos Conselheiros, a relação das 40 Unidades que seriam
202 reformadas. O que ainda não foi respondido pelo Gestor é qual o recurso utilizado para o
203 pagamento destas reformas. De onde sairá, ou saiu o recurso. Assim como falou o
204 VIEIRA, o MARCOS, sobre a superlotação, desde que assumimos a Coordenação do

205 Conselho, solicitamos o Projeto da Operação Inverno, que deveria estar acontecendo e
206 não está. Recebemos o retorno, por diversas vezes, que está na mesa do Gestor, na
207 mesa do Dr. MARINON, na mesa do JAMES, mas que não chegou até o Conselho ainda.
208 Aproveito e encaminho uma solicitação, pois nós temos o direito, por Lei, de fiscalizar o
209 Fundo Municipal de Saúde. Já tivemos várias reuniões a respeito da Municipalização
210 Solidária, de outros problemas, de outras questões, como a que acabamos de colocar, e
211 não obtivemos resposta. Embora tenhamos uma série de dificuldades, para exercer o
212 Controle Social, **quero aqui solicitar, de público, em nome da Coordenação do**
213 **Conselho, que nos sejam fornecidas as senhas das contas da Secretaria da Saúde,**
214 **relativas ao Fundo Municipal de Saúde. Encaminharemos isto para vocês amanhã,**
215 **oficialmente, para podermos acompanhar a movimentação do Fundo. Vamos**
216 **encaminhar o pedido para o Gerente do Banco, onde está esta conta, com cópia**
217 **para o Ministério Público.** Manifesta-se novamente a Conselheira REJANE HAIDRICH,
218 dizendo que é a terceira ou quarta reunião que se faz solicitações e não se obtém
219 respostas. Na mídia está acontecendo. Somos usuários, mas não somos tão “tapados”
220 assim. Então tem relatório. Queria saber quanto tempo leva para se construir ou mesmo
221 reformar uma Unidade de Saúde pois não é possível que no caso a Unidade Asa Branca
222 estar aguardando mais de dois anos e não pode-se usa-lá. Não consigo entender.
223 Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, entrando na Pauta da
224 Plenária e dizendo que irá fazer a Leitura, breve, de alguns artigos da Lei Municipal 277,
225 que criou este Conselho, para lembrar, algumas de nossas atribuições. **LEI 277. Prefeito**
226 **Municipal de Porto Alegre. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu**
227 **sanciono a seguinte Lei Complementar. Artigo 1º Fica instituído em caráter**
228 **permanente o Conselho Municipal de Saúde, órgão deliberativo do Sistema Único de**
229 **Saúde, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo. É de competência do**
230 **Conselho Municipal de Saúde, definir as prioridades de Saúde, observadas as**
231 **normas da Lei Orgânica Municipal. Estabelecer e aprovar as Diretrizes a serem**
232 **observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde, do Plano Pluri Anual e do**
233 **Orçamento. Formular estratégias e controlar a execução da Política de Saúde.**
234 **Propor critérios para a Programação e as Execuções Financeiras Orçamentárias do**
235 **Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e o destino dos**
236 **recursos. ACOMPANHAR, AVALIAR e FISCALIZAR os Serviços de Saúde prestados**
237 **a população, pelos órgãos ou entidades públicas e privadas, integrantes do SUS**
238 **do município. DEFINIR CRITÉRIOS PARA A ELEBORAÇÃO DE CONTRATOS OU**
239 **CONVÊNIOS ENTRE O SETOR PPÚBLICO E AS ENTIDADES PRIVADAS DE SAÚDE,**
240 **NO QUE TANGE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE. APRECIAR**
241 **PREVIAMENTE OS CONTRATOS E CONVÊNIOS REFERIDOS NO INCISO**
242 **ANTERIOR.** Então, acho que até aqui fica bem, para o assunto que temos para discutir
243 hoje. Lembram que na reunião do dia três de julho de 2008, Conselho Municipal de Saúde
244 deliberou que, a partir da apresentação do Parecer da SETEC e da Comissão de Saúde
245 Mental, a respeito do Convênio entre o Hospital Mãe de Deus e o Município de Porto
246 Alegre, para atender questões de Saúde Mental. Emergência Psiquiátrica e 3 CAPS AD.
247 Quero lembrar que nós do Conselho Municipal de Saúde, no início de 2005, pressionamos
248 a Secretaria Municipal de Saúde a respeito do CAPS AD que havia sido fechado.
249 Entramos com uma a ação no Ministério Público solicitando que o CAPS continuasse
250 aberto. Isso não ocorreu. A partir disso a Promotora, Dra. ANGELA ROTUNNO,
251 estabeleceu um Termo de Ajustamento de Conduta, para o Município de Porto Alegre,
252 que não cumpriu . A partir daí a Promotora ANGELA ROTUNNO, ajuizou uma ação civil
253 pública que foi ganha em 17 de abril deste ano. Determinou que o município de Porto
254 Alegre, em 90 dias abrisse mais uma Emergência em Saúde Mental, sem prejuízo da já
255 existente. Este prazo deve estar vencendo ou venceu ontem ou hoje. Quero dizer a todos

256 que o Conselho Municipal de Saúde foi, e é o, maior interessado em que esta Política se
257 concretizasse ou que se concretize, nesta cidade. Fomos nós que acionamos o Ministério
258 Público Estadual, para garantir o direito da população. A pressa é nossa, na verdade. O
259 Gestor que demorou em cumprir tudo que se fez até então. No período que
260 estabelecemos para que chegasse até nós todas as explicações, todas as considerações
261 feitas pela Secretaria Técnica deste Conselho, isto não ocorreu. **Na terça feira, quando**
262 **chegamos ao Conselho, pela manhã, havia reunião da Comissão de Saúde Mental,**
263 **onde fui informada de que o Convênio entre o Mãe de Deus e a Prefeitura havia**
264 **sido assinado, um dia após a nossa Plenária de 3 de julho, ou seja, em 4 de julho.**
265 Subi no 4º andar, conversei com o JAMES, com o Dr. MARINON e com o Dr. JULIO
266 FELLIPE, o qual esteve aqui na reunião do dia 3. Cobrei o fato de isto já ter ocorrido, o
267 que foi justificado pelo Dr. MARINON, que o Convênio foi assinado por força do tempo
268 pois estamos em período eleitoral. Minha contraposição foi a que falei para vocês, ou
269 seja, de que a pressa era nossa mas se era por conta da ação judicial que vencia no dia
270 de ontem. Mesmo assim exigi do Dr. MARINON e do JAMES, que nos entregassem uma
271 cópia do convênio, assinado, ao Conselho, para conhecermos o teor do documento.
272 **Hoje pela tarde, as 17:15 horas, o Conselho recebeu a cópia do Convênio.** Não
273 tivemos oportunidade de lê-lo, pois estávamos em um evento e somente chegamos um
274 pouco antes do início desta Plenária. Passo para o JAMES, para fazer as suas colocações
275 e explanações do que está sendo entregue para nós, que nos parece que é o que foi
276 solicitado pela SETEC e mais a cópia do Convênio, assinado. Manifesta-se então o
277 Senhor JAMES MARTINS DA ROSA, representante do Gestor nesta Plenária, dizendo
278 que o Secretário fez uma consulta jurídica, à nossa ASSEJUR e à PGM, sobre a questão
279 de prazos. Na verdade o ponto principal, embora a questão eleitoral, e todas as questões
280 que a LETICIA levantou como o TAC, um problema que nos tínhamos neste processo era
281 o aumento de despesa no Ano Fiscal. Esta foi uma outra sugestão do Jurídico, porque
282 nós vamos firmar um Convênio que vamos ter que obrigatoriamente de liquidar até 31 de
283 dezembro. Toda despesa contratada neste ano fiscal está prevista na Lei 101, precisa se
284 liquidada. Conversando hoje, com o Dr. ELISEU, com o Dr. MARINON, sobre a Plenária e
285 entregamos aqui as respostas todas sobre os itens levantados pela SETEC, e o que eles
286 solicitaram que eu transmitisse a vocês é o seguinte: independente da assinatura do
287 Convênio, ele somente acontecerá se o Conselho autorizar. Até poderá não acontecer se
288 o Conselho resolver dizer que não. Que não está bom. Que não pode. Ele pode ser
289 aditado, modificado, neste período. A questão de precaução fica apenas em questão
290 destes prazos e da orientação jurídica que vem em função do ano fiscal. Senão iríamos
291 passar a data e provavelmente não teríamos de fazer acontecer este convênio, este ano.
292 Isto que eu estou transmitindo para vocês é sobre a questão jurídica. Trago a orientação e
293 mensagem do Secretário, neste sentido. O Conselho vai decidir se nós vamos fazer ou
294 não e vamos fazer estas modificações que precisarem ser feitas. Iniciam-se as
295 manifestações, que começam com o Senhor MARCO que inicia dizendo de que temos
296 mais uma prova de como funcionam, infelizmente, as coisas, nesta Administração. E isso
297 também não vem de agora. E o que o JAMES colocou não é que o Secretário acha. O
298 que diz a Lei, somente irá ser se o Conselho aprovar. Novamente vou dizer. Nós
299 precisamos de atendimento, sim, para a cidade de Porto Alegre. Quem trabalha na área
300 de Saúde sabe. Meu primeiro encaminhamento é de que este Contrato passe na mão dos
301 Conselheiros, que vão fazer esta votação. Eles têm de tomar ciência de como foi feito
302 este contrato. O que está assinado, é somente entrar na Justiça que sai. Se o Conselho
303 não aprovar este Convênio está invalido. Eles podem até dizer que não. Manifesta-se a
304 seguir o Conselheiro PAULO GOULART solicitando esclarecimentos pois existiria uma
305 Norma do Ministério da Saúde de que não é possível Terceirizar Serviços de Saúde
306 Mental. Seguindo fala a Conselheira ELISABETE FREITAS que pergunta e solicita

307 esclarecimentos sobre qual o capital humano e financeiro que entra pela Secretaria da
308 Saúde? Qual é o nosso dinheiro público que vai ser utilizado para pagamento deste
309 Convênio? Dentro de um Contrato tem as responsabilidades sobre a continuidade do
310 mesmo. Vamos assinar um contrato até dezembro? Nos interessa? Temos urgência neste
311 contrato, mas será por quanto tempo? O Jurídico tem de olhar isto e saber quais as
312 possibilidades de continuidade e as responsabilidades municipais de um serviço
313 terceirizado. Para poder-se cobrar tanto do município, quanto do serviço. Fala o
314 Conselheiro Distrital PEDRO RIBEIRO, para o qual existem duas discussões. Uma quanto
315 ao Conveniamento e outra quanto à prática. A atitude da Secretaria é maquiavélica. Ou
316 seja, fica para o Conselho decidir. E negando a ilegalidade, assume a responsabilidade
317 de ser culpado. E precisa estar junto o Parecer Jurídico, dizendo que o Convênio está
318 correto e não está junto ao Convênio. Isto dá legitimidade a ação. Fala a seguir o Senhor
319 ALBERTO TERRES, complementando o que o PEDRO colocou, ou seja, que é esta a
320 prática, esta é a política rasteira do governo, de tratar o Conselho Municipal de Saúde.
321 Teve-se este tempo todo discutindo esta pauta aqui no Conselho e deixar para a última
322 hora, assinar o Convênio e colocar, literalmente, o Conselho Municipal de Saúde, contra a
323 parede. É colocar a faca na garganta. Olha, se vocês não aprovarem, vocês serão os
324 culpados. Esta é a pior política. Esta é a forma com que este governo trata a questão da
325 saúde. Fala a seguir a Conselheira SILVIA GIUGLIANI, representando o Conselho
326 Regional de Psicologia. Digo que temos trazido este debate aqui, muitas vezes. Na terça
327 feira quando, na Comissão de Saúde Mental, tivemos a notícia, fui chamar o OSCAR, para
328 que estivesse junto com a gente, quando a Dra. IRMA, que é a Coordenadora de Saúde
329 Mental, nos disse, com uma tranqüilidade assombrosa, que o Convênio tinha sido
330 assinado. O agravante é de que nós tínhamos discutido na quinta feira, dia 3 de julho.
331 Ele, no dia 4 de julho, foi assinado. Então, todas estas preocupações já estavam
332 plenamente decididas pelo Gestor, quando ele estava aqui, apresentando a proposta, no
333 dia 3 de julho. Estou tentando falar pausadamente porque estas coisas que lidam com o
334 bem estar, pelo cuidado, pelo atendimento à população, elas tem de ser muito caras a
335 todos nós. Não a alguns de nós, que vivemos, precisamos, em algum momento, deste
336 atendimento. A SETEC fez uma Parecer detalhado. E até foi comentado o imenso
337 trabalho que deu. Certamente, a quantidade de quesitos deveriam ser respondidos, para
338 que o Conselho Municipal de Saúde tivesse condições de avaliar a aprovação ou não.
339 Este conjunto de quesitos apresentados, não sei se a Coordenação da ASSEPLA ou se o
340 JAMES veio para fazer esta apresentação. E no documento que nós fizemos, na
341 Comissão de Saúde Mental, nos referimos a uma resposta que o Ministério da Saúde
342 tem a um ofício feito pela Secretaria Municipal da Saúde, onde no seu arrazoado,
343 buscando a autorização dos CAPS, eles levantam o Artigo 24 do SUS, que diz: “ quando
344 as suas disponibilidades são insuficientes para garantir a cobertura assistencial à
345 população, de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde poderá recorrer a
346 Serviços de terceiros.....E para amenizar, é preciso buscar na cultura um
347 refúgio para estas coisas e hoje pela tarde pensando no que tem acontecido lembrei-me
348 de trazer para vocês um pequeno texto, que leio agora. **DESPERTAR É PRECISO. Na
349 primeira noite eles aproximaram-se e colhem uma flor do nosso jardim e não
350 dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem; pisam as flores, matam o
351 nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho
352 em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da
353 garganta. E porque não fizemos nada, já não podemos dizer nada. VLADIMIR
354 MAIAKÓVSKI.** Prossequindo, manifesta-se a Conselheira HELOISA ALENCAR, dizendo
355 que sua intuição lhe diz que é impossível um Convênio ser assinado, sem ter atendido as
356 recomendações da SETEC, tanto que uma delas é de que o Convênio fosse separado em
357 dois. O Convênio da Emergência e o dos CAPS. Não foi nem um dia a diferença.

358 Provavelmente foi o Convênio que a gente conheceu. Fico na dúvida se vale,
359 sinceramente, a gente perder tempo e fazer esta discussão novamente deste documento
360 que foi assinado, pois certamente ele não respeitou nenhuma das sugestões da SETEC.
361 Sobre este documento, a gente entra simplesmente na justiça e o anula. Esta é uma
362 questão. Outra questão é com relação ao Prestador. Naquele dia 3 foi dito que não temos
363 nada contra o Prestador, apesar de não termos muita experiência com este Prestador.
364 Agora, eu acho que ele é tão responsável quanto o Gestor, por ter este comportamento.
365 Por esta atitude. E penso que o Conselho Municipal de Saúde tem de dar um basta
366 para este tipo de Prestador de Serviços. Temos de propor uma Resolução do Conselho
367 de Saúde, dizendo que Serviços Conveniados, Contratados, seja o que for com o SUS,
368 que não tenham uma aprovação do Conselho de Saúde, não terão por parte deste
369 Conselho Municipal de Saúde o Atestado de Pleno e Regular Funcionamento, pois não
370 estarão em Regular Funcionamento. Porque não passaram por nós. Não podemos
371 reconhecer isso como Serviço Regular. Isto com certeza pesará no bolso dos
372 Prestadores, pois precisam deste Atestado para ganhar o seu Certificado de Filantropia.
373 Acho que temos de endurecer sim com os Prestadores, que não reconhecem o seu papel,
374 como parte do Controle Social, pois são um segmento do Controle Social e por isso tem
375 de respeitar o Conselho tanto quanto o Gestor, os trabalhadores e os usuários. Então,
376 além de analisar o Convênio, temos de nos posicionar sobre o Prestador, que posa de
377 bonzinho, dizendo que tudo o que o Conselho perguntar, nós vamos responder. Não
378 aparecem nem para discutir a Proposta de Trabalho, que estão dispostos a assumir,
379 dentro da Política Municipal de Saúde. Este é meu encaminhamento. Fala a seguir o
380 Senhor HEVERSON VILAR, da Restinga. Confesso que neste momento estou meio
381 confuso. Não sei mais se sou usuário, prestador, se sou gestor ou se sou um cara
382 desgraçado, que mora do outro lado do morro e não tem nada para levar para casa. Eu
383 fico perplexo com as coisas que acontecem aqui. Mas carrego o remédio da pressão,
384 para me prevenir. No final da reunião vou entregar para os Prestadores, Conselho, líderes
385 comunitários, conselheiros, pois fiz um apanhado desde 2000, de todas as demandas do
386 Orçamento Participativo. Na minha região, que é a Restinga, é uma desgraça. Nada
387 construído em 8 anos. Então aqueles conselheiros que estão atrás de suas demandas,
388 para saber quanto tempo leva, na nossa, leva mais de 8 anos. Demandas conquistadas
389 nos Programas municipais, estaduais e federais. Não anotei o nome da Doutora que falou
390 sobre a Saúde Mental, mas me lembro que no ano de 2002, numa notícia da Voz do
391 Brasil, alguém falou em Núcleos de Apoio Psico Social. Na época trouxe para o Conselho
392 dizendo que tinha um Programa para tratar “malucos”, drogados. Em 2002, nossa
393 comunidade da Restinga demandou e até hoje não recebeu nada. Nem explicação. E aí
394 eu pergunto. 1º) precisamos saber onde estão instalados os CAPS em Porto Alegre? Nós
395 começamos a discutir o Projeto e não detalhamos mais nada. Virou uma disputa faz não
396 faz. Sei que fechou um. E aí vamos ver onde mais precisa. 2º) no Convênio, quais são as
397 comunidades que serão atendidas pelo mesmo? 3º) o que está ali, tem a ver com as
398 demandas do Orçamento Participativo e da Municipalização Solidária? Não, não tem
399 nada a ver. Obrigado. 4º) qual é o critério destes locais de instalação? Porque senão vai
400 acontecer como sempre. Tudo instalado aqui na volta do Centro e nossos drogados, quem
401 vai dar passagem para eles? Como vamos trazer aquele indivíduo lá da Restinga, para
402 ser tratado no Centro? E digo, que sou funcionário de uma Secretaria do Estado, que é a
403 da Segurança Pública, sou da Brigada Militar. E nossos atendimentos, em torno de 46%,
404 é de saúde. Nós já estamos cansados. Estamos precisando de um CAPS destes para
405 colocar junto ao Hospital da Brigada pois os brigadianos estão ficando “malucos” de tanta
406 loucura que é a falta de soluções. Obrigado. Fala a Conselheira IONE NICHELLE
407 dizendo ter sido bastante contemplada na fala da SILVIA GIUGLIANI. Mas hoje, as 17
408 horas, eu estive na ASSEPLA, para levar um ofício e fui atendida por uma pessoa que

409 está assessorando a IRMA. Ai ela me disse que “não, nós respondemos tudo para o
410 Conselho. Já está lá a resposta” Então, eu estou aguardando as respostas. Fico
411 preocupada, pois vou para casa, hoje, me sentindo o que? Vim aqui perder tempo. A
412 ULBRA está lá funcionando. Tudo o que a gente questiona, continua. Tenho aqui um
413 Plano de Trabalho da ULBRA, que é de maio de 2008. Deste ano. É um mega projeto da
414 ULBRA, que está acontecendo lá no IAPI. Diz: “Este Projeto é Coordenado pela
415 Universidade Luterana, que responderá pelas seguintes ações”: Exames
416 Complementares, Gestão de 3 CAPS AD, no IAPI, Restinga. Disponibilizar o atendimento
417 do Ambulatório de Patologias. Atendimento de Serviços de Otorrinolaringologia. Vem
418 exames de Densitometria Óssea. Então, a gente aprovando aqui ou não aprovando, não
419 dá nada. Estamos aqui, tentando construir o que está apregoado na Lei, mas somos
420 poucas andorinhas. Admiro muito a tua capacidade, JAMES, pois fica aqui na nossa
421 frente, olhando para nós, bem tranqüilo. Espero que tu durma bem à noite. No teu lugar
422 eu não conseguiria dormir. Fala o conselheiro PAULO STOELBEN, que lembra que o
423 convênio com a ULBRA, no IAPI, não foi assinado. Foi construído aqui, com o Conselho,
424 com o Gestor, com a Gerência do IAPI. E não aconteceu nada. A Universidade Católica
425 de Medicina, que está no Santa Marta, não aconteceu nada. O Convênio com o Hospital
426 Vila Nova, sobre AIDS, até agora não aconteceu nada. Agora, quando há interesse, por
427 ser ano eleitoral. Isso sim se faz.. Rápido. Temos de dar um basta nisso. O que se quer é
428 que não aprovemos este Convênio. É somente para inglês ver. Concordo com a
429 HELOISA no sentido de tirarmos uma Resolução. Manifesta-se o Conselheiro
430 CLODOMAR FREITAS, que observa que se está discutindo muito e não vamos a lugar
431 nenhum. Me preocupa muito, pois não leva a nada. Choramos que não temos
432 atendimento, que não temos isso, que não temos aquilo. Quando alguém sinaliza com
433 alguma coisa, é aquele berreiro pois se está trazendo alguma coisa. Não sei onde vamos
434 parar com isso. Choramos que não temos, que não ganhamos. Quando sinaliza alguma
435 coisa, choramos porque vamos ganhar alguma coisa. Não entendo isso ai. Eu estou
436 desaprendendo. Não sei onde vai chegar esta plenária. Estou apavorado. Não estou
437 acompanhando. Acho que estou equivocado. No nosso setor lá funciona. Temos o Setor
438 privado que está trabalhando muito bem. E presta conta em nossa Plenária. Esta plenária
439 aqui está se tornando inepta e ineficiente. Manifesta-se a Coordenadora MARIA LETICIA,
440 lembrando e ressaltando que todos tem o direito de se inscrever e falar. Portanto não
441 penso que nossa Plenária é ineficiente. É o espaço para nós manifestarmos nossas
442 opiniões. Para deliberarmos a respeito da Saúde de Porto Alegre. Se os Gestores não
443 cumprem com as nossas deliberações este é um outro problema, que inclusive não é
444 somente um problema de Porto Alegre. Seguindo manifesta-se a conselheira MARIA
445 REJANE SEIBEL, representante do Sindicato dos Enfermeiros. É muito difícil, como
446 profissional, como ser humano, como pessoas que merecem respeito. Somos o Controle
447 Social, tem uma Lei, mas é muito difícil. Em nome do Sindicato dos Enfermeiros, gostaria
448 que constasse em ata o nosso repúdio ao Gestor, por esta atitude que ele tomou. O que
449 nós estamos pedindo aqui é democracia. Depois de todo este tempo de ditadura,
450 estamos solicitando transparência e ética. Muita ética na prestação das coisas. Porque
451 estou dizendo isso, e gostaria que o JAMES me respondesse? Foi feita uma votação
452 unânime, anterior, e você se absteve. Não foi nem contra, a proposta enviada pela
453 Secretaria da Saúde sobre o Convênio. Certo. Vocês estão desrespeitando a decisão?
454 Porque a proposta foi de trazer um direcionamento a respeito do Parecer da SETEC?
455 Vocês estão desrespeitando? Vamos falar claro, pois senão estamos fazendo o que
456 aqui? Eu vou continuar. Com certeza nós vamos continuar. Não vai ser este Gestor, com
457 toda esta prática, porque não é uma prática somente aqui no Conselho. Com nós lá na
458 ponta acontece a mesma coisa com a Coordenação de Unidade e Gerência. Quando
459 quer, vai ao Conselho Local aprova alguma coisa, e não cabe aqui, não é MARIA

460 ENCARNACION. Lá no Conselho Distrital esta é a prática. É de desrespeito. Gente,
461 vamos começar a olhar o que significam todas estas coisas. É falta de ética, de
462 democracia, de transparência, o que vocês estão fazendo. Então fica muito difícil de poder
463 acreditar e poder trabalhar, nós servidores, dentro desta Secretaria. Vocês estão
464 enganando. Estão passando por cima Fazem uma pintura, como aconteceu na nossa
465 Unidade, para tirar foto e depois fica lá, tudo. A Equipe do CAPS Infantil, que vai ser
466 inaugurado na Vila Jardim, está ainda no Morro Santana, mas não tem nem mesa ainda
467 para trabalhar, no novo local. Hoje estavam nos perguntando o que poderíamos dar, para
468 colocar lá. Tem a data para inaugurar. Mas não tem Equipe, não tem estrutura física.
469 Quando vai começar o serviço? Para encaminhamento, além desta Resolução proposta,
470 nós como Entidade, pois todo mundo votou, foi unânime, que as entidades Sindicais,
471 Sindicato Médico, Sindicato dos Enfermeiros, Psicólogos, SIMPA, todos os demais, que
472 se envie para a imprensa Nota de Esclarecimento deste convênio, colocando em dúvida
473 a transparência, a democracia, deste Convênio. Da forma que foi assinado. Este é o meu
474 primeiro encaminhamento. Seguindo, manifesta-se a Conselheira MARIA
475 ENCARNACION do Distrital Leste, dizendo-se muito indignada. Sinto-me uma palhaça.
476 Hoje eu vim esperando que todas aquelas respostas fossem trazidas. O representante do
477 Hospital disse para nós que teríamos todas as respostas solicitadas. É uma pena que a
478 nossa Gerente, a ELIANA FERREIRA não esteja aqui, hoje, para ouvir o que o Gestor
479 trouxe para nós, pois lá em nosso Conselho Distrital de Saúde ela diz bem assim “gente
480 vejam com estes conselheiros de vocês pois se falta isto, ou falta aquilo, é porque o
481 Conselho Municipal de Saúde não aprovou”. Em nossa reunião de Conselho Distrital ela
482 diz isso. Põe a culpa neste Conselho. “Vejam bem, agora, quando tiver eleição para o
483 Conselho Municipal de Saúde, em quem vocês vão votar”. Eu me sinto uma palhaça.
484 Estamos ai vendo, a questão das Comunidades Terapêuticas. Perdendo dinheiro. A
485 REJANE fala da inauguração do CAPS Vila Jardim. Está tudo vazio. Visitamos ontem.
486 Aqui ninguém é contra nada, mas da maneira que esta vindo. É um desrespeito. Venho
487 aqui para escutar lorota. Fala a Coordenadora MARIA LETICIA, lembrando novamente o
488 que falou no início da Plenária, de que recebemos hoje pela tarde a documentação
489 solicitada, ou seja, temos aqui a copia do convênio assinado em 4 de julho, que eu havia
490 solicitado na terça feira e foi me dito que não me seria entregue. Ai foi entregue hoje. E
491 também está aqui a resposta de todas as questões levantadas pela SETEC. Se vocês
492 querem, podemos ler as respostas. Seguindo nas manifestações fala Conselheira
493 REJANE HAIDRICH, dizendo que chamou-lhe muito atenção quando fizemos a leitura do
494 Parecer da SETEC, na Plenária passada, onde foram enumeradas diversas coisas, e onde
495 a Dra. IRMA, que fez a explanação, olhava para as pessoas do Hospital, que estavam ao
496 fundo desta sala, como que dizendo que não adiantava nós estarmos enumerando coisas,
497 votando contra, não ao Projeto mas sim da maneira como ele está sendo imposto, não
498 adiantava, pois amanhã ele estaria sendo assinado. E nós babacas lá. E ontem nós
499 iniciamos a participação no Seminário de Gestão Participativa, onde o JAMES estava
500 presente, e representando o Secretário, pois este, que é o titular, não vai. É
501 representante para tudo. Ele tem o direito de mandar quem ele quer, mas acho que é uma
502 coisa importante para a Cidade de Porto Alegre, pois o papel aceita tudo e temos que
503 aceitar mais isso. Manifesta-se a seguir a Conselheira ROSA CRISTINA HARZEIM,
504 lembrando inicialmente sobre os Aditamentos do Contrato, pois aquele “rolo” que deu
505 com a FAURGS foi em função de um aditamento de contrato, que não foi oficializado e ai
506 o pagamento não foi feito e então a FAURGS rompeu o Contrato. Então a questão de
507 fazer aditamento é bastante insegura. A minha sugestão é de que o Conselho encaminhe
508 uma resposta onde exclua a sua responsabilidade, na desaprovação deste Contrato.
509 Isso precisa ser construído. Seguindo manifesta-se a Conselheira DÉBORA MELECCHI,
510 que se dirigindo ao representante do Gestor, senhor JAMES MARTINS, diz-lhe para que

511 não tragam motivos infundados. Assumam a atitude que tomam. Assumam o desrespeito
512 a este Conselho Municipal. Eu opino que nós não podemos aceitar, mais uma vez, que o
513 Conselho Municipal seja colocado contra a parede. Sendo levado pela mídia, para a
514 população, que é contrário a esta ou aquela política, desta Secretaria. Desta Gestão
515 Municipal. Eu aqui sugiro que não se avalie mais documento. Temos que agir. Seja junto
516 ao Ministério Público, junto a Justiça, e concordo que saia uma Resolução também em
517 relação aos Prestadores. Fala a seguir o Psicólogo e trabalhador em Saúde do Centro de
518 Saúde da Vila dos Comerciantes, CESAR, dizendo que, fico sem entender direito as
519 coisas. Existe uma queda de braço entre a Gestão atual e, digamos, a oposição a ela. Eu
520 não me sinto de maneira nenhuma Gestão. Muito pelo contrário, até fui colocado em
521 desvio de função. Quem está perdendo é o usuário. O Mãe de Deus, afinal, não é um
522 Prestador qualquer. É de excelente qualidade. Muita pouca gente pode ter a
523 oportunidade, talvez, de receber um serviço do Mãe de Deus. Provavelmente a maioria
524 de nós não precisa do SUS. Quem vai perder nesta queda de braço não é a oposição,
525 não é o FOGAÇA, é o usuário. Neste sentido, esta oferta de 4 CAPS AD, mais uma
526 Emergência no IAPI, não é de se jogar fora. Fala a Dra. ADRIANA ROJAS, que primeiro
527 refere-se ao que o PEDRO falou sobre a cobrança de Carga Horária dos médicos que
528 não trabalharam, quando do fechamento do PACS. Quero lembrar que ele foi fechado
529 pelo Conselho de Medicina e seria contra a Lei, se tivessem trabalhado. Outro colega,
530 falou que os médicos atendem 4 pacientes por hora, mas atendem na verdade 4
531 pacientes em 20 minutos. Não vou defender ninguém, mas nenhum médico tem
532 condições de avaliar um paciente em cinco minutos. Isso não existe. Não vou defender
533 este tipo de profissional. O que eu acho é que o mínimo é de 15 minutos em que um
534 profissional pode avaliar uma pessoa, no seu integral. Mesmo assim não vai suprir O
535 problema não é se o médico atendeu x ou y. Até porque se estes profissionais atenderem
536 de 15 em 15 minutos, 4 por hora, não podemos esquecer que nestas Emergências tem
537 pacientes que chegam a qualquer momento e também há a supervisão dos pacientes
538 que estão deitados, que não são por pouca coisa. Então a gente tem de ter muito cuidado
539 quando fala este tipo de coisa. E sobre o assunto do Convênio quero falar o seguinte. O
540 Sindicato Médico tem discutido bastante a questão dos Convênios. Não importa se o
541 Convênio é bom ou ruim. O grande questionamento é de até quando nós vamos aceitar,
542 no Sistema Único de Saúde, a questão do Conveniamento. Daqui a pouco 100% SUS,
543 100% convênio. Como nós vamos ter condições, qualquer tipo de Conselho, de avaliar
544 milhares de convênios. É impossível isso. A hierarquia deste serviço fica prejudicada. Nós
545 temos este problema no PSF, onde são os Convênios com alguns Hospitais, e lá as
546 vezes tem uma ordem, que pode ser da Secretaria, da Sollus, tem outra ordem, e os
547 colegas ficam brigando para saber a quem se dirigir. Este é um exemplo clássico de como
548 a organização de um serviço básico, como o PSF, fica prejudicado, por melhor que seja o
549 Convênio. Na verdade o Sindicato Médico sugere que o Sistema Público assumam a
550 maioria dos Serviços de Saúde e que seja uma exceção, o Convênio. Fala a seguir o
551 LAUDENIR, conselheiro, representando o SIMPA. Falo, reportando-me ao que o PEDRO
552 disse. Este governo tem uma prática maquiavélica de tratar com todos. Isso sentimos no
553 Sindicato, quando vamos dialogar com ele não somente as questões dos servidores mas
554 também as questões de Porto Alegre. Logo no início deste Governo, ele apontou uma
555 proposta para os municipais, pois nós temos um atendimento em saúde que é feito, em
556 torno de 30%, ou 9 mil servidores, são atendidos por Hospitais, outros tem Planos de
557 Saúde e também foi assinado, para nós, um Plano com a ULBRA. E ai fico divagando e
558 vejo que a ULBRA está em tudo o que é local. Isto me preocupa. No mínimo, temos de ter
559 uma resposta para este tipo de conveniamento. E ai discordo do que o MARCOS falou,
560 sobre quando um médico se afasta já tem outro para substituí-lo. Discordo porque a
561 prática deste governo é a de privatizar, todo serviço público, tanto na área da saúde

562 como em outros serviços. Ontem vocês devem ter visto, na mídia, um servidor do DMLU
563 colocar lixo dentro do Arroio Dilúvio, vendo-se um despreparo, uma desqualificação dos
564 servidores, assim como há também nestes serviços que são repassados para Terceiros.
565 Fala a seguir a conselheira ELISABETE FREITAS, que diz não conhecer o conselheiro
566 que se diz representante do SIMPA (que é o LAUDENIR), mas dizer à ele, que é
567 funcionário público, que se o funcionário público tiver metade da capacitação nossa, dos
568 nossos sócios (Ela é Diretora da Cootravipa) eles vão estar muito capacitados e vão
569 estar muito mais unidos para reivindicar seus direitos. Nós limpamos Porto Alegre, como
570 Cootravipa, há 23 anos. Temos a melhor qualificação, em todo Brasil. Vem gente de
571 outros estados fazer qualificação junto à nós. Temos 1.800 sócios. Um caso isolado, de
572 quem colocou sujeira no Arroio Dilúvio, serviu para se fazer um escarcéu, para quem não
573 tem o que fazer. Para quem não tem notícias como esta aqui do Conselho, para publicar
574 num jornal sério. Não posso admitir que uma pessoa que não conhece os nossos sócios,
575 não sabe da qualificação, venha dizer que eles não tenham preparo. Foi a Cootravipa que
576 limpou o Arroio Dilúvio. Os Postos de Saúde, a Cootravipa, ganhou a Licitação, para a
577 limpeza dos mesmos. Manifesta-se a seguir o Conselheiro NEI CARVALHO, Conselheiro
578 da Região Humaitá/Navegantes/Ilhas. É importantes de nós pensarmos um pouco nesta
579 questão da Terceirização. Já discutimos isso no município, no estado e no país sobre a
580 Terceirização exacerbada que se faz. Lembro que entre 1998 e 2000 este Conselho abriu
581 a Porteira para a Terceirização dos processos essenciais de saúde deste município.
582 Quando abrimos o espaço para o Hospital Moinhos de Vento implantar dois PSFs nas
583 Ilhas. Ali foi o marco, o divisor de águas. E nós começando este processo, abrindo
584 espaço para o Moinhos de Vento, os outros Prestadores se acharam no direito de
585 participar. E aí a questão da discussão entre Conselho e Gestores. Da relação, da
586 medida disso. De mais, ou menos serviços essenciais. Então, é um prejuízo fazer isso.
587 Sou favorável que se tenha contratação de servidor público. Não se entregue a iniciativa
588 privada este tipo de serviço. Outra coisa é a que a HELOISA colocou uma proposta
589 extremamente importante. Eu não acho que nós tenhamos que ficar discutindo com
590 Prestador de Serviço. O Gestor do município é quem tem obrigação de contratar, em
591 acordo com o Conselho, o tipo de Prestação e quem vai prestar este Serviço. Nesta
592 situação a HELOISA colocou uma situação importante, pois o Prestador precisa do
593 Certificado de Pleno e Regular Funcionamento, fornecido pelo Conselho, que alias este
594 Conselho, não discute estas coisas. Todos os Prestadores entregam uma solicitação ao
595 Conselho, que não é discutida nesta Plenária. Acho que um dia isto tem de vir para cá.
596 Fica lá, entre o Núcleo do Conselho. Entre pessoas. A gente fica por aí. Tem de abrir para
597 a Plenária. Já estive lá e também não se fazia isto. Então, é importante de colocar esta
598 Resolução, proposta pela HELOISA, e sou favorável e tem de encaminhar isso. Vai fazer
599 com que eles tenham alguns cuidados e comecem a ver a importância do Controle Social.
600 Outra coisa é de que sou contra fazermos Controle Social através do Ministério Público,
601 da Justiça. Se faz Controle Social através da população discutindo sobre saúde, e
602 batendo lata nos espaços onde existem, para o Gestor respeitar. Neste caso, se foi
603 descumprida uma questão legal, que está na Lei 277, não temos de estar discutindo e
604 imediatamente entrar na Justiça e tentar anular isso. Fala a seguir a conselheira SILVIA
605 GIUGLIANI, que diz demonstrar preocupação com algumas falas feitas aqui, hoje, pois
606 demonstraram que não acompanharam todo o debate, que se fez. E até respeitando o
607 desconhecimento de algumas pessoas achei que era importante afirmar todos os nossos
608 encontros, que pautaram o usuário como a prioridade absoluta, nas nossas reflexões. Em
609 nenhum momento se achou que se poderia trabalhar de outra forma. Não era o
610 destinatário da ação que estava posto em primeiro lugar, para depois se avaliar como
611 poderia se operar as propostas apresentadas. Quero dizer que muito se fala, e lamentar a
612 ausência, porque não vieram e deveriam ter cumprido o compromisso de estar aqui na

613 data em que iria ser avaliado o Parecer da SETEC e da Comissão de Saúde Mental. O
614 Hospital Mãe de Deus é considerado um expoente na questão de álcool e drogas. Acho
615 que é isso, que as pessoas, quando se referem ao Mãe de Deus. Um expoente do Mãe
616 de Deus, Dr. SÉRGIO DE PAULA RAMOS, afirma, em vários espaços, que ele não sabe
617 trabalhar com crack. Não tem sucesso nenhum no tratamento com crack. Então, alguém
618 que não tem nenhuma trajetória de intervenção na Saúde Pública é colocado em nível de
619 expoente. Então, isso é ter seriedade com a população de Porto Alegre? Não convienir
620 por convienir. Não estamos em supermercado, para falar de ofertas e de prateleiras. Não
621 pode, depois de passar no caixa, tem uma fatura. O CESAR, meu colega, fez esta
622 colocação, avaliando a questão da oferta do Mãe de Deus. O Mãe de Deus não fez esta
623 oferta. O Mãe de Deus tem interesses outros, que não aparecem ainda claramente. Talvez
624 deva aparecer no devido momento. Então, quero aqui afirmar a seriedade com que a
625 Comissão de Saúde Mental tem se posicionado nos episódios que pautam a qualquer
626 assunto que afetam a nossa área. Acho que tem de se ter muita sensibilidade de
627 escutar o que a ROSA disse em relação aos aditamentos. Outra questão seriíssima que
628 diz respeito aos convênios é que informa a proposta de implantar um CAPS AD, que trata
629 com pessoas com dependência química severa, no quinto andar do Edifício Santa Marta.
630 Quer dizer, se a gente ofertar uma janela, periga o indivíduo pular de lá. Então, são
631 coisas muito graves, muito sérias, que colocam o usuário em primeiro lugar. Nossa grande
632 preocupação é garantir um tratamento com qualidade. Portanto o que está colocado não é
633 somente uma questão de oferta e procura, pois a saúde não é um negócio. Não podemos
634 delegar a ninguém a nossa responsabilidade de garantir o direito a saúde, que dê
635 atendimento integral às necessidades da população de Porto Alegre. A gente pode se
636 omitir. Pode negligenciar. Pode ficar quieto agora. Mas vai responder por isso. Por isso
637 que a Comissão de Saúde mental tem acordo em questionar os comportamentos que o
638 Gestor teve em relação a este fato. Retoma a Coordenadora MARIA LETÍCIA, lembrando
639 que deliberamos na reunião do dia três de julho que receberíamos as respostas ao
640 Parecer da SETEC, que o foi feito hoje à tarde, e com isso proponho que a SETEC e a
641 Comissão de Saúde Mental avaliem estas respostas e se posicionem a respeito do
642 Convênio. Outro ponto é em relação a proposta da HELOISA em relação a Resolução
643 sobre os Prestadores. O Terceiro encaminhamento é sobre uma Nota de Esclarecimento
644 à opinião pública, das diversas Entidades que fazem parte deste Conselho, proposto pela
645 Conselheira MARIA REJANE SEIBEL, a respeito desta situação criada. E uma quarta
646 questão, que o Conselheiro NEI CARVALHO colocou, que é o fato de entrar na Justiça.
647 Embora o JAMES tenha dito, e eu ainda perguntei à ele da maneira como iríamos
648 encaminhar, que este convênio não tenha se entregue para a Juíza que deu a
649 sentença, até pela consulta que nós acabamos fazendo ao Dr. JAQUES ALFONSIN, que
650 vocês lembram, está nos orientando na questão da Audiência Pública, no
651 encaminhamento para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tivemos uma
652 reunião com ele esta semana e aproveitamos para lhe expor esta questão, deste
653 Convênio. Há a possibilidade de uma representação do Conselho, ou seja, de uma
654 Entidade que compõe o Conselho, que seja pessoa jurídica, pode entrar como
655 assistente no processo que está acompanhando a Instalação da Emergência Psiquiátrica
656 e Assessorar, tanto o Ministério Público, que é o autor da ação, como o próprio
657 Conselho, que é o interessado. Então iremos identificar esta identidade que possa fazer
658 esta assistência ao Processo. O PEDRO lembra que o JAMES disse que há um Parecer
659 do Jurídico da Secretaria sobre o Convênio. Proponho que se consiga, formalmente uma
660 cópia deste Parecer Jurídico e que o mesmo seja juntado, até porque este Parecer
661 respalda a atitude do Gestor. E também sugiro que seja encaminhado para a OAB,
662 Conselho Estadual e Nacional de Saúde, Comissão de Serviços Públicos da Assembléia
663 Legislativa. E também sugiro que isto seja amplamente divulgado, de todas as formas

664 possíveis. Manifesta-se a conselheira ROSA lembrando que uma das solicitações feitas
665 na plenária de 3 de julho foi uma relação do quadro funcional do pessoal da área da saúde
666 mental. Na seqüência, diversos conselheiros manifestam-se no sentido de que o
667 representante do Gestor, Sr. JAMES MARTINS se manifeste. Diz ele que sobre o
668 Convênio, especificamente, fez a fala inicial e trouxe a mensagem do Gestor. Vai tomar
669 providências, encaminhamentos e vamos aguardar para ver o que vai acontecer. No
670 início eu disse que este convênio poderia até não acontecer se o Conselho entendesse
671 assim. O Conselho vai decidir o que vai acontecer e nós vamos respeitar isso. A questão
672 que o PEDRO levanta, foi feita consulta ao Jurídico e podemos informar exatamente do
673 porque tinha de ser assinado no dia 4 de julho. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA,
674 dizendo que não é mais necessário ficarmos conversando indefinidamente, pois todos já
675 estão suficientemente esclarecidos, inclusive sobre a posição do Gestor. Agora é o
676 momento dos encaminhamentos. A conselheira HELOISA ALENCAR, manifesta-se pois
677 tem a discordância sobre um encaminhamento. Tudo bem que a SETEC olhe, pois na
678 verdade, nós não temos a idéia de que não se faça o atendimento. Uma saída terá que se
679 encontrar para isso. Mas uma certeza eu tenho, apesar de não ter me retido no
680 documento que retornou, penso que não temos que esperar as conclusões da SETEC
681 para entrar na Justiça. Anular o que está feito, pois o que está feito não é o que nós
682 queremos. O que está feito não é o que o Conselho deliberou. O que está feito não
683 cumpre minimamente os critérios, segundo a Lei 277, onde diz que temos o poder e a
684 atribuição de dizer os critérios para estabelecer convênios com A, B ou C. O Santa Marta
685 não pode colocar um CAPS AD no quinto andar. O Prestador vai instalar uma
686 Emergência. OK. Mas tem uma correspondência do Ministério que diz que CAPS não
687 pode ser Terceirizado. Então, temos os critérios estabelecidos. Então temos motivos
688 suficientes para pedir a anulação do Convênio, que já está assinado. O Gestor tomou sua
689 decisão, unilateral. Não foi o Conselho que decidiu. Não tem queda de braço. Retoma a
690 Coordenadora MARIA LETICIA, reafirmando que o Conselho irá encaminha as respostas
691 para a SETEC, enquanto isso vamos continuar agindo sobre as outras questões
692 colocadas. Destaco então os pontos que nós levantamos; **1)Encaminhar à SETEC e**
693 **Comissão de Saúde Mental as respostas vindas do Gestor. 2)Que o Conselho**
694 **Municipal de Saúde tire uma Resolução, a respeito da posição dos Prestadores, em**
695 **relação ao Processo de Controle Social 3)Publicação de uma Nota de**
696 **Esclarecimento sobre o assunto, a ser providenciada pelas diversas Sindicais e de**
697 **Classe que fazem parte do Conselho e articulada pela Enfermeira MARIA REJANE**
698 **SEIBEL; 4) O Conselho Municipal de Saúde irá comunicar ao Ministério Público,**
699 **que é Autor da ação; 5) A questão judicial ficaria a cargo de uma destas entidades,**
700 **que com sua assessoria jurídica, entraria como Assistente neste Processo aberto**
701 **Pelo Ministério Público. 6) Juntar ao Processo, seja este no Ministério Público,**
702 **seja na nova avaliação da SETEC e Comissão de Saúde Mental, o Parecer emitido**
703 **pela Assessoria Jurídica sobre os Termos do Convênio. Entregar uma cópia do**
704 **mesmo até segunda feira, 21 de julho. 7) Fornecer o quadro funcional da Saúde**
705 **Mental do município, a nós, da Coordenação do Conselho que o repassaremos**
706 **para ser analisado e discutido pela nossa Comissão de Saúde Mental.** Todos estão
707 esclarecidos. Podemos colocar em votação. A Conselheira MARIA REJANE solicita um
708 aparte e questiona novamente ao Senhor JAMES MARTINS. Se o Gestor não irá
709 cumprir a decisão votada e emanada do Conselho Municipal de Saúde, no dia três de
710 julho passado? Não irá ser cumprido? Reafirma o Senhor JAMES, que já deu esta
711 resposta. Retorna então a Coordenadora MARIA LETICIA, encaminhando então a votação
712 das propostas relacionadas acima. O resultado é de 32 votos favoráveis, nenhum
713 contrário e 2 abstenções. Desta forma, nada mais havendo a tratar é encaminhado o final

714 da Plenária pela Coordenadora MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, as 20:45 horas,
715 sendo lavrada a presente Ata.

716

717

718 MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA

OSCAR RISSIERI PANIZ

719 Coordenadora da Plenária

Secretário

720 Ata aprovada na reunião Plenária do dia 21/08/2008.

721